

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução do Conselho do Governo n.º 161/2006 de 14 de Dezembro de 2006

A SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A., é uma sociedade que tem por objecto principal o estudo, elaboração, implementação e gestão dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas e planos especiais de ordenamento do território em todo o arquipélago dos Açores, bem como a gestão das áreas de intervenção dos mesmos, incluindo a compra, venda e expropriação por utilidade pública de imóveis situados nas áreas de intervenção dos respectivos planos, aprovados ou a aprovar, e a gestão dos fundos nacionais, regionais e ou comunitários afectos à sua salvaguarda, executando as obras públicas necessárias para a conservação, protecção e valorização ambiental;

Considerando que a SPRAçores, para a prossecução das suas atribuições, pode, nos termos do artigo 23.º dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2006/A, de 16 de Janeiro, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 16/2006/A, de 23 de Maio, e 43/2006/A, de 31 de Outubro, celebrar contratos programa com a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional, com carácter plurianual;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores e a SPRAçores, atentos os relevantes interesses públicos envolvidos, pretendem firmar um contrato programa, com carácter plurianual, destinado a regular a cooperação entre as partes no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, mais precisamente da elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades de engenharia de um Loteamento e Edifícios de Habitação na freguesia das Sete Cidades;

Considerando que a SPRAçores, para além da capacidade jurídica, dispõe de capacidade técnica para o exercício dos direitos e para cumprimento das obrigações decorrentes do referido contrato programa;

Nos termos das alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a celebração de um contrato programa, com carácter plurianual, entre a Região Autónoma dos Açores e a Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A. (SPR Açores), destinado a regular a promoção pela SPRAçores das acções tendentes à celebração de um contrato de prestação de serviços de elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades de engenharia de um Loteamento e Edifícios de Habitação na freguesia das Sete Cidades, no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, assim como a cooperação entre as partes no âmbito da celebração desse contrato.
2. Aprovar a minuta do contrato programa referido no número anterior, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.
3. Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional, no Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e na Secretária Regional do Ambiente do Mar os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem o referido contrato programa.
4. A presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 30 de Novembro de 2006. - O Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César.

Minuta do Contrato Programa

ENTRE:

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, pessoa colectiva nº 512 047 855, aqui representada por ..., portador do Bilhete de Identidade nº ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal nº ..., na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional, por..., portador do Bilhete de Identidade nº ..., emitido em..., pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal nº ..., na qualidade de Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, e por ..., portadora do Bilhete de Identidade nº ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal nº ..., na qualidade de Secretária Regional do Ambiente e do Mar, doravante designada por RAA; e

SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL, S.A., abreviadamente designada por SPRAçores, com sede na Avenida Antero de Quental, nº 9.º C – 2.º Andar, concelho de Ponta Delgada, pessoa colectiva n.º ..., com o capital social de €50.000,00, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, ..., portador do Bilhete de Identidade nº ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal nº ..., e pelo Vogal do Conselho de Administração, ..., portador do Bilhete de Identidade nº ..., emitido em ..., pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal nº ...;

Considerando que a SPRAçores, é uma sociedade que tem por objecto principal o estudo, elaboração, implementação e gestão dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas e planos especiais de ordenamento do território em todo o arquipélago dos Açores, bem como a gestão das áreas de intervenção dos mesmos, incluindo a compra, venda e expropriação por utilidade pública de imóveis situados nas áreas de intervenção dos respectivos planos, aprovados ou a aprovar, e a gestão dos fundos nacionais, regionais e ou comunitários afectos à sua salvaguarda, executando as obras públicas necessárias para a conservação, protecção e valorização ambiental;

Considerando que a SPRAçores, para a prossecução das suas atribuições, pode, nos termos do artigo 23.º dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2006/A, de 16 de Janeiro, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais nº 16/2006/A, de 23 de Maio e 43/2006/A, de 31 de Outubro, celebrar contratos programa com a Região Autónoma dos Açores, através do Governo Regional, com carácter pluriannual;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores e a SPRAçores, atentos os relevantes interesses públicos envolvidos, pretendem firmar um contrato programa, com carácter pluriannual, destinado a regular a cooperação entre as partes no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, mais precisamente da elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades de engenharia de um Loteamento e Edifícios de Habitação na freguesia das Sete Cidades;

Considerando que a SPRAçores, para além da capacidade jurídica, dispõe de capacidade técnica para o exercício dos direitos e para cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato programa;

É livremente e de boa fé celebrado o presente contrato programa, que se rege pelas disposições legais aplicáveis e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula ^a

Objecto

O presente contrato programa destina-se a regular a promoção pela SPRAçores das acções tendentes à celebração de contrato de prestação de serviços de elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades de engenharia de um Loteamento e Edifícios de Habitação na freguesia das Sete Cidades, no âmbito da implementação do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades, assim como a cooperação entre as partes no âmbito da celebração desse contrato.

Cláusula ^a

Objectivos e metas

O presente contrato programa tem por objectivo permitir que a SPRAçores possa vir a celebrar o contrato de prestação de serviços a que alude a cláusula anterior, promovendo o necessário para que o mesmo se execute com perfeição e dentro da maior economia possível.

Cláusula ^a

Obrigações da RAA

A RAA, nos termos do presente contrato programa, obriga-se a:

- a) Transferir verbas para a SPRAçores, em conformidade com a cláusula 5.^a;
- b) Fiscalizar a execução do contrato programa;
- c) Colaborar, na medida das suas possibilidades, com a SPRAçores, em ordem à boa execução por parte desta das obrigações que sobre si impendem em virtude do presente contrato programa.

Cláusula ^a

Obrigações da SPRAçores

A SPRAçores, nos termos do presente contrato, obriga-se a:

- a) Praticar todos os actos necessários à boa e pronta execução do contrato programa;
- b) Sujeitar-se à fiscalização por parte da RAA;
- c) Prestar informações e elaborar relatórios.

Cláusula ^a

Comparticipação financeira

1. A RAA obriga-se, também, a transferir para a SPRAçores a verba global de €204.443,00 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três euros), a qual se estima suficiente para cobrir os custos inerentes ao desenvolvimento do presente contrato programa, bem como os custos inerentes ao funcionamento e financiamento emergentes do mesmo.
2. No caso da SPRAçores beneficiar de apoio suplementar de outras fontes de financiamento para a execução do objecto definido na cláusula 1.^a, o montante da participação financeira a atribuir ao abrigo do presente contrato programa será proporcionalmente reduzido.
3. Os montantes referidos no n.º 3 podem ser revistos mediante despacho conjunto dos membros do Governo Regional com tutela nas áreas das Finanças e da Habitação e Equipamentos, quando, em virtude de alteração superveniente das circunstâncias, esses valores se tornem excessivos ou manifestamente insuficientes para permitir a execução do presente contrato programa.
4. Sem prejuízo do estipulado no número anterior, a verba referida no n.º 1 pode ser revista se, comprovadamente, se tornar insuficiente para cobrir a totalidade dos custos a que respeita.

Cláusula ^a

Fiscalização

1. A RAA pode acompanhar e fiscalizar o modo como a SPRAçores executa o presente contrato programa.
2. O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato programa e da sua adequação ao fim proposto exerce-se, nomeadamente, através de avaliações e de auditorias especializadas a realizar pela RAA ou por quem esta entender contratar para o efeito.

3. A SPRAçores, deve incluir no seu plano anual de actividades uma referência expressa ao estado de execução do presente contrato programa.

Cláusula ^a

Obrigação de prestação de informação e de elaboração de relatórios

1. A SPRAçores obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela RAA, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à execução do presente contrato programa.
2. A SPRAçores, obriga-se ainda a elaborar e a enviar à RAA um relatório final sobre a execução do presente contrato programa.
3. O relatório a que se refere o número anterior deve ser elaborado nas condições e no prazo que para o efeito forem determinados pela RAA.

Cláusula ^a

Cessação de vigência

Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA ao abrigo da cláusula 9.^a, o presente contrato programa cessa a sua vigência quando cessarem todas as obrigações dele decorrentes.

Cláusula ^a

Resolução do contrato programa

1. A RAA pode resolver o presente contrato programa quando:
 - a) A SPRAçores o incumpra de forma grave ou reiterada, ou se desvie dos seus objectivos;
 - b) A SPRAçores incumpra de forma grave, ou reiterada, as obrigações decorrentes do objecto definido na cláusula 1.^a;
 - c) A SPRAçores ceda a uma entidade terceira a sua posição nos contratos a que a execução do objecto do presente contrato programa dê lugar.
2. A resolução do contrato programa será comunicada à SPRAçores, por carta registada com aviso de recepção e produzirá efeitos a partir da data da assinatura de tal aviso.
3. A resolução do contrato programa, ao abrigo dos números anteriores, não atribui à SPRAçores qualquer direito indemnizatório.

Cláusula ^a

Comunicações entre as partes

1. Quaisquer comunicações entre as partes relativas ao presente contrato são efectuadas através de carta registada com aviso de recepção ou telefax, endereçadas para as seguintes moradas ou números, salvo se, entretanto, o destinatário tiver indicado ao remetente, nos termos da presente cláusula, um endereço ou número diferente para esse fim, que passará a ser aplicável:
 - a) RAA: Largo do Colégio, n.º 4, 9500-054 Ponta Delgada; Telefone n.º 296 206 200; Fax n.º 296 283 715;
 - b) SPRAçores: Avenida Antero de Quental, nº 9.º C – 2.º Andar, 9500-160 Ponta Delgada; Telefone n.º 296 285 571; Fax n.º 296 286 500;
2. As comunicações feitas por telefax, se recebidas depois das 17 horas locais ou em dia não útil, consideram-se feitas no dia útil seguinte.
3. Nas comunicações, será utilizada a língua portuguesa, que fará fé.

Cláusula ^a

Foro competente

Os litígios emergentes do presente contrato programa serão dirimidos pelo Tribunal da Comarca de Ponta Delgada.

Cláusula ^a

Encargos

Os encargos resultantes do presente contrato programa, da responsabilidade da RAA, serão integralmente suportados pelas dotações do Capítulo ..., Programa ..., Projecto ...

O presente Contrato Programa é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse da RAA e outro na posse da SPRAçores.

O Contrato Programa é celebrado no interesse da Região Autónoma dos Açores, estando por isso, isento do imposto de selo, nos termos da alínea a) do artigo 6º do Código do Imposto do Selo.

(lugar da celebração), (data da celebração)

Pela Região Autónoma dos Açores

Pela SPRAçores - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A.

(O Vice-Presidente do Governo Regional)

(A Presidente do Conselho de Administração)

(O Secretário Regional da Habitação e Equipamentos) e (O Vogal do Conselho de Administração)

(A Secretária Regional do Ambiente e do Mar)